

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM - RS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2025**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **11.369.367/0001-01**, inscrição Municipal nº 0.250.438/001-6, com sede na Rua Reynaldo Smith Camargos, nº 66, Bairro Santa Amélia, CEP 31.555-290, cidade de Belo Horizonte/MG, vem respeitosamente, perante V. Sa., neste ato, representada por intermédio de sua Representante Legal, Sra. PAULA FERREIRA AZIZ BARBOSA, CPF nº 135.243.086.00, apresentar:

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO,**

Nos termos do artigo 165, caput, da Lei nº 14.133/2021, em face do recurso interposto pela empresa **RM SEGURANÇA E SERV. ADMINISTRATIVOS LTDA**, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO DAS CONTRARRAZÕES**

As presentes contrarrrazões são **cabíveis e tempestivas**, em plena conformidade com o **art. 165 da Lei nº 14.133/2021**, que regula a fase recursal nos procedimentos licitatórios. O referido dispositivo assegura aos licitantes o direito de interpor e responder recursos administrativos dentro dos prazos previstos no edital, observando-se os princípios do contraditório, da ampla defesa e da publicidade dos atos administrativos.

**Dispõe o art. 165 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos** que:

*“Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação ou da lavratura da ata, conforme o caso, admitida a apresentação de contrarrrazões pelos demais licitantes, no mesmo prazo, contado da intimação do recurso.”*

Assim, as contrarrrazões ora apresentadas **observam integralmente o prazo legal e editalício**, sendo protocoladas dentro do interregno de três dias úteis após a intimação da interposição do recurso pela Recorrente, conforme registro no sistema eletrônico do pregão.

## II. SÍNTESE DO RECURSO

A empresa **RM SEGURANÇA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, ora Recorrente, interpôs Recurso Administrativo em face da decisão proferida pelo Pregoeiro que **habilitou e declarou vencedora do certame a empresa COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, no âmbito do **Processo Licitatório nº 107/2025 – Pregão Eletrônico**, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, incluindo fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico para atendimento dos prédios das escolas municipais de Campo Bom/RS.

Em síntese, a Recorrente sustenta que a proposta apresentada pela empresa vencedora seria **manifestamente inexecutável**, sob o argumento de que o valor global ofertado estaria significativamente abaixo do valor estimado pela Administração e dos supostos custos de mercado por ela apurados.

Além disso, a Recorrente afirma existir **impossibilidade material de cumprimento do nível de serviço (SLA)** previsto no edital, especificamente quanto à exigência de restauração completa do sistema em até 24 (vinte e quatro) horas, sob o fundamento de que a empresa vencedora possui sede no Estado de Minas Gerais, o que, segundo seu entendimento, inviabilizaria a prestação tempestiva dos serviços no Município de Campo Bom/RS.

Ao final, a Recorrente requer o provimento do recurso para que seja **anulada a decisão que declarou vencedora a empresa COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, com sua consequente inabilitação ou desclassificação. Subsidiariamente, pleiteia a instauração de diligências para apresentação de planilha detalhada de custos, comprovação de viabilidade econômica da proposta, bem como esclarecimentos quanto à estrutura operacional e endereço apto ao cumprimento do SLA e à vedação de subcontratação, requerendo, na ausência de comprovação satisfatória, a imediata exclusão da Recorrida do certame.

### III – DA PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO

A decisão que declarou vencedora a empresa **COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA** consubstancia-se em **ato administrativo típico**, praticado por autoridade competente, no exercício regular de suas atribuições legais, nos termos do **art. 8º da Lei nº 14.133/2021**, razão pela qual goza de **presunção de legitimidade, legalidade e veracidade**.

Tal presunção constitui princípio basilar do Direito Administrativo, segundo o qual os atos da Administração Pública são considerados válidos e eficazes até prova inequívoca em sentido contrário, ônus este que recai integralmente sobre quem os impugna. No caso concreto, a Recorrente **não logra êxito em demonstrar qualquer ilegalidade objetiva**, limitando-se a alegações genéricas, estimativas próprias e conjecturas hipotéticas. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que a presunção de legitimidade dos atos administrativos **somente pode ser afastada mediante prova robusta**, o que não se verifica no presente caso:

*“A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos apenas cede diante de prova inequívoca em sentido contrário.” (TCU, Acórdão nº 1922/2016 – Plenário)*

Não obstante, ainda, cumpre destacar que o Pregoeiro, ao analisar a proposta vencedora, observou estritamente o edital, a legislação de regência e os princípios do julgamento objetivo, tendo inclusive adotado postura diligente e cautelosa, como se demonstrará nos tópicos seguintes. Assim, não há qualquer fundamento jurídico que autorize a desconstituição da decisão atacada.

### IV. DAS FUNDAMENTAÇÕES

A decisão que classificou a *Commando Segurança Eletrônica Ltda* como vencedora foi **devidamente motivada**, respaldada em análise técnica e de preços, observando integralmente os princípios da **legalidade, impessoalidade, julgamento objetivo e vinculação ao edital** (artigos 5º, 11 e 71 da Lei nº 14.133/2021).

A jurisprudência e a doutrina são uníssonas em reconhecer que **a Administração deve manter o ato administrativo quando este estiver devidamente fundamentado e em conformidade com a legislação e o edital.**

Como ensina **Marçal Justen Filho**:

“A invalidação do julgamento somente é possível quando comprovada a ilegalidade ou violação de princípios fundamentais, jamais pela mera divergência de opinião técnica entre licitantes.”  
(*Comentários à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, p. 502).

Não há qualquer ilegalidade, sendo a decisão da Agente ato legítimo, técnico e motivado, devendo, portanto, ser integralmente mantida.

## **V – DA IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA**

A alegação de inexecuibilidade da proposta vencedora, tal como formulada pela Recorrente, não encontra respaldo jurídico, técnico ou probatório, razão pela qual deve ser integralmente rejeitada.

Nos termos do **art. 59, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021**, a desclassificação de proposta por inexecuibilidade exige demonstração objetiva e concreta de que o preço ofertado é incapaz de suportar a execução do objeto contratual. Tal condição não se presume, tampouco pode ser inferida a partir de meras comparações genéricas com valores estimados, ou de projeções unilaterais elaboradas por licitante concorrente, sob pena de violação aos princípios do julgamento objetivo, da competitividade e da economicidade.

No caso em comento, conforme imagem abaixo, há um aspecto que merece ser observado com especial atenção: a Recorrente apresentou **proposta no valor de R\$ 22.730,00, apenas R\$ 1.730,00 acima ou 8%, da proposta vencedora**, no valor de **R\$ 21.000,00**, cuja adiferença é absolutamente ordinária em certames competitivos. Ainda assim, busca-se tratar essa variação mínima como se fosse um abismo econômico intransponível, apto a transformar, por si só, uma proposta regularmente analisada em supostamente inexecuível.

**RANKING DO PROCESSO**  
Prefeitura Municipal de Campo Bom  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
Pregão Eletrônico - PE 107/2025

**0001 - Prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, conforme especificações do edital. | R\$ 41.772,12**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA	11.369.367/0001-01	R\$ 21.000,00	12	N/C	N/C	EPP/SS	Sim
RM SEGURANÇA E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	39.382.660/0001-10	R\$ 22.730,00	12	N/C	N/C	EPP/SS	Sim
HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA	06.370.064/0001-60	R\$ 22.790,00	12	N/C	N/C	EPP/SS	Sim
TELEALARME BRASIL Ltda	87.215.299/0001-80	R\$ 23.800,00	12	N/C	N/C	Ltda/Eireli	Não
Vigillare Sistemas de Monitoramento Ltda	02.883.607/0001-92	R\$ 27.714,24	12	N/C	N/C	Ltda/Eireli	Não
Securisystem Sistemas de Monitoramento Ltda.	05.541.161/0001-06	R\$ 37.499,99	12	N/C	N/C	Ltda/Eireli	Não
A7 SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	27.691.371/0001-13	R\$ 41.700,00	12	N/C	N/C	ME	Sim
SCOPIUM LIMITADA	41.240.498/0001-47	R\$ 41.772,12	12	N/C	N/C	ME	Sim

O discurso adotado sugere que o **preço somente é aceitável quando coincide com o da própria Recorrente, quando inferior, passa a ser descrito como incompatível com a realidade do mercado, ainda que a diferença seja modesta e comum à dinâmica de lances.** Trata-se de uma narrativa que tenta suprir a ausência de demonstração técnica concreta com a repetição de números e estimativas unilaterais, como se o volume da argumentação pudesse substituir a sua consistência.

Curiosamente, se o raciocínio da Recorrente fosse levado às últimas consequências, ter-se-ia de admitir que a sua própria proposta, tão próxima da vencedora, também estaria perigosamente à margem da exequibilidade que a referida defende. Evidentemente, não é esse o objetivo declarado, mas a contradição emerge de forma inevitável.

Nesse contexto, a escolha da proposta vencedora não apenas atende, mas prestigia o interesse público em sua forma mais qualificada, revelando-se **plenamente harmônica com os princípios da legalidade, eficiência e supremacia do interesse público, consagrados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.**

A condução do certame, pautada pela técnica, pela transparência e pelo respeito ao devido processo administrativo, confere absoluta legitimidade e segurança jurídica ao resultado alcançado, não subsistindo qualquer fundamento jurídico ou fático capaz de justificar sua desconstituição.

## VI – DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE

A estratégia de formação de preços adotada pela Recorrida observa rigorosamente a legislação vigente e traduz, de maneira objetiva, a aplicação do **princípio da economicidade**, consagrado no art. 5º, inciso IV, e reafirmado no art. 12, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração Pública a seleção da proposta mais vantajosa.

Além disso, considerada a execução contratual ao longo de 12 (doze) meses, a proposta da Recorrida mantém-se comprovadamente mais vantajosa ao Município, assegurando melhor relação custo-benefício, sem prejuízo da qualidade, da regular execução dos serviços e da segurança operacional exigida pelo edital.

Dessa forma, a proposta vencedora se revelou a mais vantajosa à Administração Pública, atendendo plenamente aos **princípios da economicidade, da vantajosidade, da eficiência**

## VII - DA LEGITIMIDADE DA ESTRATÉGIA DE PREÇOS ADOTADA E DO RECONHECIMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL DA SUA ADMISSIBILIDADE

A alegação apresentada pela empresa Recorrente, no sentido de que o valor ofertado pela empresa COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA configuraria indício de inexecutabilidade, não merece prosperar, por carecer de fundamento técnico e jurídico, além de demonstrar evidente desconhecimento acerca da dinâmica das práticas comerciais legítimas adotadas no âmbito dos processos licitatórios.

A proposta apresentada é resultado de **ESTRATÉGIA COMERCIAL LEGÍTIMA**, amplamente reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência como admissível. Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, não é possível presumir inexecutabilidade unicamente com base em preço reduzido. O **Acórdão 415/2025 – Plenário** dispõe expressamente que:

*“A Administração deve avaliar a proposta com base em elementos concretos que evidenciem sua inviabilidade, e não com base em suposições abstratas ou comparações automáticas com valores de mercado. Acórdão 415/2025 – Plenário.*

Considerando que a proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexecutabilidade, pois **tal fato depende da estratégia comercial da empresa.**

Nesse sentido, a doutrina de **Maria Sylvia Zanella Di Pietro** esclarece que:

*“O preço reduzido, desde que sustentado por condições operacionais reais da empresa, configura estratégia comercial legítima, não sendo causa automática de desclassificação por inexecutabilidade.”*

Conforme consolidado na jurisprudência dos tribunais de contas e na doutrina especializada, a prática adotada pela empresa COMMANDO SEGURANÇA é plenamente **lícita e regular**, enquadrando-se no conceito de **estratégia comercial legítima** no âmbito das licitações públicas. No caso em apreço, a empresa optou por **reduzir substancialmente os valores** com o objetivo estratégico de **tornar sua proposta mais competitiva na fase inicial do certame**, compensando essa redução pela possibilidade de um contrato mais longo, o que proporciona maior previsibilidade de receita ao longo da execução contratual.

Tal prática é reconhecida como válida tanto na doutrina quanto na jurisprudência do TCU, desde que não comprometa a executabilidade da proposta como um todo, o que não ocorre no presente caso. Trata-se de **readequação interna de margens**, com a redistribuição dos valores dentro da composição total da proposta, sem majoração do custo global, tampouco prejuízo à execução contratual.

Além disso, a estratégia adotada contribui para o **equilíbrio financeiro da empresa ao longo do tempo**, especialmente se considerada a **possibilidade de prorrogação contratual prevista no art. 107 da Lei nº 14.133/2021**, e especificado no item 1.4. do edital, o que neste caso, amplia o horizonte de receita e permite o retorno financeiro da operação em bases sustentáveis.

A doutrina de **Marçal Justen Filho** é clara ao admitir essa prática:

*“A estratégia comercial que busca distribuir o ganho ao longo do tempo contratual, sem prejuízo da execução do objeto e da competitividade do certame, deve ser reputada legítima, não caracterizando inexecutabilidade.”*

Diante de todo o exposto, **resta absolutamente inequívoco** que a alegação apresentada pela empresa RM SEGURANÇA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA., carece de qualquer respaldo técnico, econômico ou jurídico, **revelando-se manifestamente infundada e baseada em mera inconformidade com o resultado do certame.**

A tentativa de caracterizar como inexecutável uma proposta formulada a partir de estratégia comercial legítima, amplamente aceita pela doutrina e pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, **evidencia desconhecimento das práticas mercadológicas aplicáveis às contratações públicas ou, ainda, clara tentativa de afastar concorrente por meio de argumentos desprovidos de fundamento concreto.**

Portanto, **a estratégia de preços adotada pela empresa COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA**, consistente na redistribuição interna das margens e na alocação de parte da remuneração para a fase de locação recorrente, configura decisão empresarial plenamente **válida, amparada por fundamentos técnicos, econômicos e jurídicos sólidos, não configurando qualquer violação aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo ou vantajosidade.**

Assim, resta evidente que a proposta apresentada é **PLENAMENTE EXEQUÍVEL, REGULAR E SUSTENTÁVEL**, inexistindo qualquer elemento objetivo capaz de justificar sua desclassificação, motivo pelo qual deve ser integralmente mantida no certame, com o consequente afastamento das alegações improcedentes apresentadas pela Recorrida.

## **VIII – DA REGULARIDADE OPERACIONAL FRENTE AO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Inicialmente, cumpre destacar que o instrumento convocatório **não estabeleceu qualquer vedação, restrição ou condicionante geográfica** à participação de licitantes sediados em outros Estados da Federação. Em nenhum de seus dispositivos o edital sugeriu, direta ou indiretamente, que empresas com sede fora do Município ou do Estado estariam impedidas de participar do certame.



Ao contrário, a **inexistência de cláusula dessa natureza decorre da própria lógica operacional do objeto licitado**, notadamente no que se refere aos serviços de **monitoramento eletrônico e videomonitoramento**, cuja essência **reside na atuação remota, contínua e tecnologicamente estruturada**.

Nesse contexto, pretender atribuir à localização física da contratada efeito impeditivo à execução contratual carece de amparo editalício, legal e lógico. **O modelo de funcionamento do sistema prescinde de presença física permanente, sendo estruturado a partir de central de monitoramento remoto, responsável pela recepção dos eventos, identificação da origem dos disparos, suporte técnico e adoção dos protocolos de atendimento, exatamente como previsto no objeto do certame e confirmado pelos esclarecimentos oficiais prestados pela Administração.**

No tocante à alegação de descumprimento do **item 7.1.4.1.1, alínea “c”**, relativo à comprovação de **Nível de Serviço (SLA) com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** para restauração completa do sistema, não assiste razão à Recorrente.

A Recorrida possui estrutura técnica, logística e operacional plenamente apta a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, inexistindo qualquer elemento concreto que indique inviabilidade ou risco à execução contratual.

A execução dos serviços será realizada diretamente pela própria contratada, sem subcontratação de terceiros, em estrita observância ao edital. As atividades de instalação e implantação inicial serão executadas por equipes próprias deslocadas do Estado de Minas Gerais, conforme planejamento operacional previamente estruturado.

Já as demandas de manutenção preventiva e corretiva poderão ser atendidas por colaboradores contratados diretamente pela Recorrida seja na cidade, região ou proximidades, integrados à sua estrutura organizacional e atuando sob sua exclusiva responsabilidade técnica e administrativa, o que assegura celeridade no atendimento, continuidade dos serviços e manutenção dos níveis de serviço exigidos, sem qualquer prejuízo à qualidade da execução contratual.

A Recorrida possui estrutura técnica, logística e operacional plenamente apta a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, inexistindo qualquer elemento concreto que indique inviabilidade ou risco à execução contratual.

Do mesmo modo, tal circunstância não compromete as atividades de manutenção preventiva ou corretiva, as quais são executadas mediante adequado planejamento operacional, logística eficiente e rigoroso cumprimento dos SLAs previstos.

A alegação de violação à Cláusula 7ª e à Cláusula 9ª, item 9.1, do edital mostra-se, assim, meramente especulativa e desacompanhada de prova objetiva. Em momento algum a Recorrida descumpriu disposições editalícias ou apresentou proposta incompatível com os níveis de serviço exigidos, tendo observado integralmente a vedação à subcontratação e mantido a execução sob responsabilidade direta, com equipe própria e gestão centralizada.

## IX – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Recorrida atua com **elevado grau de profissionalismo, responsabilidade técnica e plena aderência às exigências legais e editalícias**, possuindo modelo operacional consolidado e amplamente testado em contratos públicos de grande relevância, nos âmbitos **municipal, estadual e federal**.

A exequibilidade do modelo operacional apresentado **não se restringe ao plano teórico**, encontrando respaldo em **histórico consistente de execuções bem-sucedidas ao longo dos anos**, em diferentes realidades administrativas e contextos geográficos. Nesse período, a Recorrida prestou serviços com plena observância aos níveis de serviço (SLA), prazos contratuais e padrões de qualidade exigidos, **sem que a distância geográfica jamais tenha se constituído em fator impeditivo à adequada execução contratual**.

A título exemplificativo, destacam-se contratos regularmente executados junto ao **Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), INSS – Bauru/SP, Prefeitura Municipal de Trindade/GO, IBAMA – Belo Horizonte/MG, DNIT – Goiás, TRE – Sergipe**, entre diversos outros órgãos públicos, em diferentes esferas da Administração. Trata-se de informações **facilmente verificáveis em fontes públicas oficiais**, que evidenciam de maneira clara e objetiva a capacidade técnica, operacional e gerencial da Recorrida.

Diante desse cenário, o argumento desenvolvido pela Recorrente acerca da localização da sede da empresa vencedora **mostra-se raso, desconectado do conteúdo do edital e incompatível com a lógica de funcionamento do sistema contratado**.

Por fim, a Recorrida **coloca-se à inteira disposição para fornecer os contatos dos gestores responsáveis pelos contratos mencionados**, permitindo, inclusive, a verificação direta da qualidade dos serviços pres-

tados, da regularidade da execução contratual e do cumprimento rigoroso dos níveis de serviço pactuados.

## **X – CONCLUSÃO E PEDIDOS**

À vista de todo o conjunto argumentativo exposto, evidencia-se que o Recurso Administrativo interposto pela empresa **RM SEGURANÇA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA** não se sustenta sob os aspectos jurídico, técnico ou probatório, apoiando-se em suposições, construções hipotéticas e interpretações que não encontram correspondência no edital, na legislação de regência ou nos esclarecimentos oficialmente prestados pela Administração.

Nessas condições, mostra-se **necessária e juridicamente imperativa** a preservação integral do resultado do certame, diante da inexistência de vício, ilegalidade ou afronta às regras editalícias, assegurando-se a estabilidade da decisão administrativa, a segurança jurídica do procedimento e a efetiva tutela do interesse público, materializada na escolha da proposta mais vantajosa.

Diante de tais considerações, **requer-se:**

**I. O conhecimento das presentes contrarrazões**, por serem tempestivas e plenamente cabíveis, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021;

**II. O não provimento do recurso** administrativo interposto pela empresa **RM SEGURANÇA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, por absoluta ausência de fundamento jurídico, técnico ou fático;

**III. A manutenção integral da decisão que habilitou e DECLAROU VENCEDORA a empresa COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, por estar **em estrita conformidade com o edital, com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios que regem as licitações públicas;**

**IV. O regular prosseguimento do certame**, com a consequente adjudicação e posterior homologação do objeto em favor da empresa vencedora, nos termos dos arts. 71 e 72 da Lei nº 14.133/2021, em ra-

ção da plena regularidade do procedimento e da conformidade da decisão com o edital e com a legislação de regência.

**V - Requer-se, ainda, que, na hipótese de indeferimento do presente pedido, as presentes contrarrazões sejam devidamente encaminhadas à autoridade administrativa superior, para fins de reexame, nos termos da legislação aplicável.**

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2026.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paula', is positioned above a horizontal line.

**COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**

CNPJ 11.369.367/0001-01

Paula Ferreira Aziz Barbosa

135.243.086-00